

DIREITO REGIONAL E LOCAL

ÍNDICE GERAL (N.ºs 00 A 10)

ARTIGOS

ALEXANDRINO, JOSÉ DE MELO – O défice de protecção do poder local: defesa da autonomia local perante o Tribunal Constitucional – **05**, pp. 12-27

_____ – A problemática do controlo na administração local – **08**, pp. 22-32

_____ – Limites à regulamentação municipal no âmbito da propaganda política – **10**, pp. 29-34

ALMEIDA, ISABEL SOARES DE – Dois anos sobre o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro: breve diagnóstico – **09**, pp. 41-46

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE – O novo Código Regulamentar do Município do Porto: da importância da dimensão jurídica ao nível municipal – **03**, pp. 3-7

AMORIM, CARLOS DE ABREU – Algumas notas sobre o regime jurídico das assembleias municipais portuguesas [II Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “A organização, os poderes e o funcionamento dos *Plenos de Concello* na Galiza e das Assembleias Municipais no Norte de Portugal”] – **07**, pp. 37-43

BRITO, WLADIMIR – Os Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) – **00**, pp. 20-26

CALHEIROS, CRISTIANA – Das implicações da Lei 12-A/2008 na identidade da função pública – **08**, pp. 33-41

CARVALHO, JOÃO BAPTISTA DA COSTA – A relação entre a dimensão do município e o cumprimento da Lei. O caso do POCAL – **01**, pp. 25-37

_____ – Os Municípios Portugueses: análise financeira e cumprimento da Lei das Finanças Locais – **06**, pp. 17-26

CARVALHO, JORGE – Organização de unidades de execução [I Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “As unidades de execução na gestão urbanística”] – **02**, pp. 33-40

CAUPERS, JOÃO – Divisão administrativa e órgãos regionais – **08**, pp. 3-8

CERREDA, MARCOS ALMEIDA – As relações de controlo entre administrações públicas territoriais (análise do sistema espanhol) – **09**, pp. 23-32

CORREIA, CECÍLIA ANACORETA – Bairro do Aleixo: novas soluções para problemas antigos –, **05**, pp. 47-51

FERNÁNDEZ, A. JAVIER FERREIRA – O funcionamento do pleno nos concellos galegos [II Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “A organização, os poderes e o funcionamento dos *Plenos de Concello* na Galiza e das Assembleias Municipais no Norte de Portugal”] – **07**, pp. 15-28

FERRÃO, JOÃO – Intervenção de abertura do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades [I Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “As unidades de execução na gestão urbanística”] – **02**, pp. 5-7

FOLQUE, ANDRÉ – Indisciplina normativa na tutela das autarquias locais –, **05**, pp. 37-46

FONSECA, ISABEL CELESTE M. – Contencioso administrativo e contencioso administrativo autárquico: resenha dos casos urgentes mais recentes – **00**, pp. 43-52

_____ – Contencioso administrativo autárquico: a protecção de direitos fundamentais – **01**, pp. 41-53

_____ – O contencioso pré-contratual (autárquico): como é e como se gostaria que (não) fosse – **04**, pp. 47-61

GARCIA, ANA DE OLIVEIRA – O regime jurídico da mobilidade geral (sua adaptação à administração local) – **08**, pp. 42-55

GOMES, CARLA AMADO – Referendo local: o medo de existir? – **00**, pp. 27-33

GONÇALVES, PEDRO – Controlo prévio das operações urbanísticas após a reforma legislativa de 2007 – **01**, pp. 14-24

_____ – Adjudicação de contratos de empreitada de obras públicas a empresas estabelecidas noutros Estados-Membros da União Europeia – **07**, pp. 45-48

GUERREIRO, J. A. MOUTEIRA – Efeitos registrais decorrentes da execução urbanística [I Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “As unidades de execução na gestão urbanística”] – **02**, pp. 41-49

LOPES, DULCE – Planos de pormenor, unidades de execução e outras figuras de programação urbanística em Portugal – **03**, pp. 8-17

_____ – Destaque: um instituto em vias de extinção? – **10**, pp. 15-28

LOUREIRO, CARLOS GABRIEL DA SILVA – A instalação ou modificação de grandes estabelecimentos comerciais na Região Autónoma dos Açores – **03**, pp. 18-24

MAÇÃS, FERNANDA – São os municípios utentes de serviços públicos essenciais? – **04**, pp. 5-11

MACHO, LUIS MIGUEZ – Las atribuciones de los plenos de los Ayuntamientos en el régimen local español [II Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “A organização, os poderes e o funcionamento dos *Plenos de Concello* na Galiza e das Assembleias Municipais no Norte de Portugal”] – **07**, pp. 5-14

MONIZ, ANA RAQUEL GONÇALVES – Cedências para o Domínio Municipal: Algumas Questões – **04**, pp. 21-33

MONTEIRO, CLAUDIO – Urbanismo e interesses públicos diferenciados (O novo regime de consultas a entidades externas nos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas) – **04**, pp. 12-20

MOREIRA, VITAL – Áreas intermunicipais e áreas metropolitanas – **00**, pp. 5-19

_____ – Empréstimos municipais, autonomia local e tutela governamental – **03**, pp. 25-44

OLIVEIRA, ANTÓNIO CÂNDIDO DE – 40 anos de desconcentração territorial regional em Portugal – **01**, pp. 5-13

_____ – A situação actual da gestão urbanística em Portugal [I Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “As unidades de execução na gestão urbanística”] – **02**, pp. 9-15

_____ – Democracia Local: a organização, os poderes e o funcionamento dos “Plenos do Concello” na Galiza e das Assembleias Municipais no Norte de Portugal – **05**, pp. 5-11

_____ – O funcionamento das assembleias municipais em Portugal [II Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “A organização, os poderes e o funcionamento dos *Plenos de Concello* na Galiza e das Assembleias Municipais no Norte de Portugal”] – **07**, pp. 29-35

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA – A alteração legislativa ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação: uma lebre que saiu gato...? – **00**, pp. 53-70

_____ – As virtualidades das unidades de execução num novo modelo de ocupação do território (Alternativa aos planos de pormenor ou outra via de concertação

de interesses no direito do urbanismo?) [I Seminário da revista *Direito Regional e Local* – “As unidades de execução na gestão urbanística”] – **02**, pp. 17-31

_____ – As mais recentes alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – Breves reflexões sobre o Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março – **10**, pp. 3-14

PRIMAZ, MIGUEL – As Garantias Tributárias no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais – **04**, pp. 34-46

REBELO, MARTA – O conceito de endividamento líquido municipal compatível com o SEC 95: interpretação do art. 36.º, n.º 1, da Lei das Finanças Locais – **01**, pp. 38-40

ROCHA, JOAQUIM FREITAS DE – As finanças das regiões autónomas numa perspectiva jurídica (aproximação ao Direito Financeiro Regional) – **08**, pp. 9-21

_____ – O sistema financeiro local português (considerações analíticas) – **09**, pp. 5-18

TAVARES, JOSÉ F. F. / CÂMARA, SOFIA SOUSA DE – O Plano de prevenção de riscos – Um instrumento de gestão indispensável no Sector Público – **09**, pp.33-39

VIANA, CLÁUDIA – Contratos públicos “in house” – em especial, as relações contratuais entre municípios e empresas municipais e intermunicipais – **00**, pp. 34-42

_____ – O instituto do referendo local à luz da jurisprudência constitucional – **05**, pp. 28-36

_____ – O procedimento de ajuste directo no Código dos Contratos Públicos (e a sua aplicação às autarquias locais) – **06**, pp. 5-15

_____ – Apontamento sobre o ajuste directo simplificado – **09**, pp. 19-22

ANOTAÇÕES

ALVES, JOÃO GOMES – Caminhos vicinais – *dicatio ad patriam* [Ac. do Tribunal da Relação de Guimarães de 02.11.2005, Recurso n.º 1500/05 (2.ª Secção)] – **03**, pp. 45-52

AMORIM, CARLOS ABREU DE – Nascimento de um município ou o legislador que se esqueceu de obedecer à lei (Ac. do STJ de 14.06.2007, Proc. 07B190) – **00**, pp. 71-78

FERREIRA, RICARDO DE MATOS – A participação variável no IRS enquanto instrumento perequativo, Ac. do Tribunal Constitucional n.º 711/2006, de 29.12.2006, Proc. n.º 1067/06 – **10**, pp. 35-46

MAGALHÃES, LÍDIO DE – Os fundamentos de recusa de visto do Tribunal de Contas e as “bagatelas administrativas”, Ac. do Tribunal de Contas de 21.10.2008, Proc. n.º 868/08 – **06**, pp. 27-35

MONTE, MÁRIO FERREIRA – A perda de mandato e a inelegibilidade emergente de crimes praticados no exercício de cargos políticos, Ac. do Tribunal Constitucional de 23.09.2009, Proc. n.º 771/09 – **08**, pp. 56-68

NORA, JOANA COSTA – Contratos celebrados por municípios para consolidação e reprogramação da dívida de curto prazo e recurso ao crédito para o respectivo pagamento, Ac. do Tribunal de Contas de 06.01.2009, Proc. n.º 1460/2007 – **06**, pp. 35-49

ROCHA, JOAQUIM FREITAS DE – Contracção de empréstimos por parte de Municípios (Ac. do Tribunal de Contas de 11.12.07, Proc. 1345/07) – **01**, pp. 54-67

INFORMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

A) Tribunal Constitucional

Comissão Nacional de Eleições – Propaganda política – Autarquias locais – **03**, p. 53 (24)

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local – Competência para a aplicação de sanções – **05**, p. 52 (77)

Estatuto do Direito de Oposição – Partidos políticos – Grupos de cidadãos eleitores – **08**, p. 69 (164)

Lei das Finanças Locais – Lei das Finanças das Regiões Autónomas – Regiões Autónomas – **05**, p. 52 (78)

Pena acessória – Perda de mandato – Pena de substituição – Efeito automático – **06**, p. 52 (106)

Plano director municipal – Proibição de realização de obras de reconstrução e ampliação – Reserva ecológica nacional – **06**, p. 51 (104)

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – Competência do tribunal de comarca para concessão de mandado para entrada em domicílio – Inconstitucionalidade orgânica – **06**, p. 52 (107)

Taxa – Imposto – Condutas subterrâneas de combustíveis no domínio público municipal – **10**, p. 47 (212)

Taxa municipal – Posto de abastecimento de combustíveis líquidos – Utilização de bens particulares – **06**, p. 52 (105)

B) Supremo Tribunal de Justiça

Acção cível – Câmara Municipal – Incompetência absoluta – Subempreitada – Tribunal administrativo – **05**, p. 53 (80)

Acção de preferência – Servidão de passagem – Prédio encravado – Direito de preferência – Renúncia – Acesso industrial – Construção clandestina – **03**, p. 54 (25)

Acção de reivindicação – Obrigação de restituição – Ocupação de imóvel – Obrigação de indemnizar – **07**, p. 49 (137)

Acção popular – Caminho público – Domínio público – Matéria de facto – Matéria de Direito – Competência material – Despacho saneador – Caso julgado formal – **05**, p. 55 (84)

Arrendatário – Baldios – Posse precária – Usucapião – **10**, p. 48 (214)

Baldios – Posse útil – **04**, p. 63 (59)

Caminho público – Atravessadouro – Afectação – Acção popular – Interesses difusos – Ónus da prova – Abuso de direito – **07**, p. 50 (138)

Contrato de arrendamento – Obras de conservação extraordinária – Câmara Municipal – Senhorio – Renda – Abuso de direito – **06**, p. 53 (109)

Contrato de compra e venda – Município – Massa falida – Condição resolutive – Registo Predial – Resolução do negócio – Abuso do direito – **06**, p. 53 (108)

Contrato de empreitada – Licenciamento de obras – Licença de utilização – Defeitos da obra – Incumprimento do contrato – Cumprimento defeituoso – Culpa – Ónus da prova – **07**, p. 50 (139)

Contrato de empreitada – Obras – Defeitos – Defeito da obra – Continuação da obra – Resolução – **05**, p. 53 (79)

Contrato-promessa de compra e venda – Nulidade – Resolução – Benfeitorias – Enriquecimento sem causa – Pedido reconvençional – **04**, p. 62 (57)

Deliberação autárquica – Hasta pública – Anulação da deliberação camarária – Compra e venda – Escritura pública – Transferência da propriedade – **05**, p. 55 (83)

Direito de propriedade – Aquisição originária – Domínio público – Servidão de aqueduto – Servidão por destinação do pai de família – **03**, p. 55 (27)

Divisão de coisa comum – Indivisibilidade – Divisibilidade – Compropriedade – Coisa comum – Comproprietário – **04**, p. 63 (60)

Doação modal – Câmara Municipal – Incumprimento – Reversão – Resolução do negócio – Prescrição – **07**, p. 51 (140)

Domínio Público – Caminho Público – **09**, p. 47 (183)

Edifício – Contrato-promessa de compra e venda – Condição – PDM – Base negocial – Alteração das circunstâncias – Interesse do credor – Mora – Reparação do dano – Dano não patrimonial – **10**, p. 50 (215)

Expropriação – Declaração de utilidade pública – **07**, p. 49 (136)

Expropriação por utilidade pública – Avaliação – Solos – Notificação – Alegações – Reclamação para a conferência – Dispensa de vistos – Votação – Nulidade – Inconstitucionalidade – Princípio da igualdade – Acesso ao direito – Função jurisdicional – **04**, p. 63 (58)

Freguesia – Posse – Usucapião – Águas – Aquisição de direitos – Direito de propriedade – Direito de servidão – **10**, p. 48 (213)

Loteamento – Competência material – Tribunal comum – Tribunal administrativo – **03**, p. 55 (26)

Município – Acção de reivindicação – Águas subterrâneas – Direito de propriedade – Expropriação – Colisão de direitos – **05**, p. 54 (81)

Recurso de apelação – Impugnação da matéria de facto – Auto – Câmara Municipal – Documento particular – Força probatória – Sociedade comercial – Gerente – Negócio consigo mesmo – **03**, p. 55 (28)

Recurso de revisão – Novos factos – Novos meios de prova – **09**, p. 47 (184)

Respostas aos pontos da matéria de facto – Exclusão do direito de preferência – **05**, p. 54 (82)

B.1) Tribunal da Relação do Porto

Embargo de obra nova – Ratificação judicial – Junta de freguesia – Competência material – **10**, p. 50 (216)

Baldios – Usucapião – Junta de freguesia – Impugnação – Escritura – Ónus da prova – **10**, p. 51 (217)

B.2) Tribunal da Relação de Guimarães

Desobediência – Presidente da câmara municipal – Vereador – Delegação de poderes – Lei habilitante – **10**, p. 51 (218)

C) Tribunal de Contas

a) 1.ª Secção (fiscalização prévia)

Contrato celebrado entre a Sociedade “VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A.” (VRSA-SGU) e a empresa “CAPA – Engenharia e Construções Metalomecânicas, S.A.” – Conceito de *organismo de direito público* – Procedimentos de contratação pública – **07**, p. 54 (142)

Contrato de aquisição de serviços – Contrato-programa – Encargo financeiro – Sujeição a fiscalização prévia – **08**, p. 71 (166)

Contrato de aquisição de serviços entre a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e a EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A. – Ajuste directo (Pressupostos para o recurso ao) – Medida do estritamente necessário e urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis (art. 86.º, n.º 1, alínea *c*), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho) – Improcedência do recurso e manutenção da recusa do visto por não verificação dos pressupostos para o ajuste directo – Motivos de urgência imperiosa resultantes de acontecimentos imprevisíveis – Imputabilidade à entidade adjudicante – **02**, p. 53 (5)

Contrato de aquisição de serviços entre o Hospital de São João, E.P.E., e a empresa “ARIPA – Ilídio Pelicano Arquitectos, S.A.” – Ajuste directo – Recusa de visto – **09**, p. 49 (186)

Contrato de concessão relativo a parque de estacionamento subterrâneo entre a Câmara Municipal de Lagos e a Sociedade “EL – Estacionamento de Lagos, S.A.” – Parceria Público-Privada – Procedimento administrativo – Recusa de visto – **09**, p. 48 (185)

Contrato de empreitada de obra pública celebrado entre os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Ponta Delgada e a empresa “A.R. Casanova, Construção Civil, Lda.” – Habilitações dos concorrentes – Divergência entre o programa do concurso e o anúncio – Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição – Nulidade do caderno de encargos – Recomendação anterior – **10**, p. 52 (219)

Contrato de empreitada de obra pública entre a Direcção Regional de Cultura da Região Autónoma dos Açores e a “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” – Requisitos de admissão dos concorrentes – Empreiteiro geral – Categorias e subcategorias – Capacidade técnica dos concorrentes – **08**, p. 71 (167)

Contrato de empreitada de obras públicas entre o Município de Mogadouro e o consórcio Jaime Nogueira & Filhos, Lda./Manuel Joaquim Caldeira, Lda. – Habilitação para actividade de construção – Alvará – Empreiteiro geral – Preço de cópias do processo – Características técnicas de materiais – Marcas – Alteração do resultado financeiro do contrato – Recurso do Acórdão de recusa de visto n.º 90/08, de 24 de Junho – **05**, p. 59 (89)

Contrato de empreitada de obras públicas entre o Município do Funchal e a Tecnovia-Madeira, Sociedade de Empreiteiros, S.A. – Recurso da decisão de recusa de visto – Inconstitucionalidade – Momento da aferição da validade do alvará no acto público do concurso – Exigibilidade e verificação de habilitações nos concursos de obras públicas – **04**, p. 64 (62)

Contrato de empreitada entre a “LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto” e a Sociedade “Monteadriano – Engenharia e Construção, S.A.” – Preço anormalmente baixo – Notas justificativas dos preços – Poder discricionário – Conceito indeterminado – Procedimento contraditório específico em caso de preço anormalmente baixo – Preço de fornecimento dos documentos do concurso – Visto com recomendações – **06**, p. 57 (114)

Contrato de empreitada entre o Hospital da Senhora da Oliveira, E.P.E., e a Sociedade de Construções Guimar, S.A. – Produção de efeitos financeiros antes do visto do Tribunal de Contas, contrariando o disposto no art. 45.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto – Não apreciação do contrato por inutilidade – Responsabilidade financeira – **02**, p. 51 (2)

Contrato de empreitada entre o Município de Aveiro e a Sociedade “Arlindo Correia e Filhos, S.A.” relativo às obras de adaptação no edifício do Convento das Carmelitas – Falta de cabimento orçamental – Recusa de visto – **06**, p. 56 (113)

Contrato de empreitada entre o Município de Cinfães e a empresa Santana & Cia, S.A. – Dever de fundamentação do mérito das propostas (n.º 2 do art. 100.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março) – Referência a marcas comerciais sem que as mesmas estejam acompanhadas da menção “do tipo” ou “ou equivalente” (n.ºs 5 e 6 do art. 65.º do Decreto-Lei n.º 59/99) – Visto com recomendações – **05**, p. 57 (86)

Contrato de empreitada entre o Município de Idanha-a-Nova e a empresa João de Sousa Baltazar, S.A. – Modo de nomeação do júri do procedimento para a formação do contrato – Habilitações dos concorrentes – Visto com recomendações – **05**, p. 56 (85)

Contrato de empreitada entre o Município de Loulé e a OBRECOL – Obras e Construções, Lda. – Ajuste Directo, ao abrigo do art. 136.º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, na sequência de resolução de contrato anterior, por incapacidade financeira do empreiteiro – Recusa de visto – **03**, p. 56 (29)

Contrato de empreitada entre o Município de Penafiel e a INERSEL – Construções, S.A. – Critério de adjudicação – Introdução pela comissão de análise das propostas de subfactores não previstos no Programa do concurso – Visto com recomendações – **04**, p. 64 (61)

Contrato de empreitada entre o Município de Vila Franca de Xira e a empresa Luseca – Sociedade de Construções, Lda. – Não realização de concurso público – Recurso ao ajuste directo – Recusa de visto – **02**, p. 52 (4)

Contrato de empréstimo de longo prazo entre o Município de Portalegre e o Banco Santander Totta, S.A. – Endividamento municipal – Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) – Recusa de visto – **03**, p. 57 (30)

Contrato de empréstimo entre o Município de Aveiro e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) e Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março – Saneamento financeiro municipal – Plano de saneamento financeiro – Natureza e requisitos – Desequilíbrio financeiro estrutural/ruptura financeira – Recusa de visto – **02**, p. 51 (1)

Contrato de empréstimo entre o Município de Lisboa e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Saneamento financeiro do Município – Desequilíbrio financeiro conjuntural – Plano de saneamento financeiro – Legalidade financeira – Limites ao exercício de poderes discricionários – Recurso do Acórdão de recusa de visto n.º 26/08, de 19 de Fevereiro, objecto de esclarecimento pelo Acórdão n.º 31/08, de 10 de Março – **05**, p. 58 (88)

Contrato de empréstimo entre o Município do Porto e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Endividamento autárquico – Violação dos arts. 35.º e 38.º, n.º 4, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) – Recusa de visto – **05**, p. 57 (87)

Contrato de fornecimento de serviços de seguros entre o Município de Cascais e a Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. – Impossibilidade legal de contratação e de realização de despesas que não sejam legalmente permitidas – Nulidade das deliberações dos órgãos dos Municípios que determinem ou autorizem a realização de despesas não permitidas por Lei – Princípio da legalidade na actuação das autarquias locais – Recusa do visto – **02**, p. 52 (3)

Contrato de fornecimento de serviços “na área de seguros” entre o Município de Cascais e a “Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.” – Contrato de seguro de saúde – Financiamento público de sistemas particulares de protecção social ou de cuidados de saúde – Realização de despesas sem fundamento legal – Recusa de visto – **06**, p. 55 (111)

Contrato de fornecimento e instalação de equipamentos subterrâneos de recolha de lixo entre o Município de Sernancelhe e a empresa TNL – Sociedade de Equipamentos Ecológicos e Sistemas Ambientais, S.A. – Concurso público – Publicação no Jornal Oficial da União Europeia – Definição dos critérios de pontuação dos concorrentes – Elementos para avaliação da capacidade técnica e financeira dos concorrentes – Recusa do visto – **04**, p. 65 (63)

Contrato de prestação de serviços relativo à “elaboração do projecto – Centro de Artes e Espectáculos de Viseu” celebrado entre o Município de Viseu e a empresa “Filipe Oliveira Dias, Arquitecto, Lda.” – Procedimento de ajuste directo fundado em motivos

artísticos – Concurso de concepção – Princípios da contratação pública – Poderes discricionários – **10**, p. 53 (220)

Contrato de subconcessão de obra pública celebrado entre “Estradas de Portugal, S.A. e a AENOR DOURO – Estradas do Douro Interior, S.A.” – Parceria Público-Privada (PPP) – Reforma do contrato – Comparador público – Declaração de Impacto Ambiental (DIA) – Alteração das circunstâncias – Preço das peças contratuais – Visto com recomendações – **10**, p. 54 (221)

Contrato para aquisição e instalação de reguladores de fluxo luminoso e sua manutenção celebrado entre a Câmara Municipal da Trofa e a Sociedade “EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A.” – Publicação no *JOUE* – Prazo para definir a ponderação a aplicar aos elementos que interfiram na aplicação do critério de adjudicação – Recusa de visto – **06**, p. 55 (112)

Contrato-promessa de compra e venda entre o Município de Ribeira Grande e o consórcio formado pelas empresas “Somague-Ediçor, Engenharia, S.A.” e “STAL – Sociedade Técnica Açoriana, Lda.” – Construção de fogos a custos controlados – Contrato de desenvolvimento para habitação – Alteração da adjudicação – Omissão de concurso público – **08**, p. 70 (165)

Contratos de prestação de serviços entre a Região Autónoma da Madeira e a “Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.” – Sector empresarial regional – Sujeição ao visto do Tribunal de Contas – Contratos públicos – **07**, p. 52 (141)

Minuta de Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal da Maia e a “MACMAI – Matadouro Agrícola Comercial da Maia, Lda.”, tendo em vista a assunção do passivo desta Sociedade – Atribuições do Município – Ilegalidade da despesa – **07**, p. 54 (143)

Permuta de bens presentes por bens futuros – Finalidade da permuta – Empreitada de obras públicas – Recusa de visto à minuta de contrato de permuta entre a Câmara Municipal da Guarda e a Sociedade “Guarda Mall S.A.” – **09**, p. 50 (188)

“Protocolo de articulação entre Centrais de Compras” celebrado entre a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. e o Agrupamento Complementar de Empresas “Somos Compras, A.C.E.” – Contratação pública – Procedimento administrativo – Recusa de visto – **09**, p. 49 (187)

Protocolo entre a Câmara Municipal da Maia e a “MACMAI – Matadouro Agrícola da Maia, Lda.,” tendo em vista a assunção do passivo desta sociedade – Atribuições das autarquias locais e competência dos seus órgãos – Realização de despesas sem suporte legal – Nulidade – Recusa de visto – **06**, p. 54 (110)

b) 3.ª Secção (efectivação de responsabilidades financeiras)

Recurso da decisão da 3.ª Secção em 1.ª instância que condenou em multa vários responsáveis do Município de Alcácer do Sal pela prática de uma infracção financeira sancionatória prevista e punível nos termos do disposto no art. 65.º, n.º 1, alínea *b*), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto – Desequilíbrio entre receitas correntes e despesas correntes – Improcedência do recurso – **05**, p. 59 (90)

Recurso de sentença de condenação em multa de responsáveis de município pela prática da infracção financeira prevista e punível nos termos do art. 65.º, n.º 1, alínea *b*), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto – Ajuste directo, com preterição das regras do concurso público, em função do valor da empreitada – Decisão de abertura do procedimento e decisão de adjudicação – Responsabilidade financeira – Pressupostos – Princípio da igualdade – Requisitos da sentença – Erro de julgamento – Apreciação da culpa – Medida da pena – **02**, p. 53 (6)

Responsabilidade financeira sancionatória derivada de actos de autorização de despesas sem suporte legal – **10**, p. 55 (223)

Responsabilidade financeira sancionatória derivada de deliberação relativa a celebração de contrato adicional, por ajuste directo, no âmbito da execução de contrato de empreitada de obra pública – **10**, p. 55 (222)

Responsabilidades financeiras derivadas de deliberação relativa a “trabalhos a mais” em contrato de empreitada para construção de pavilhão e piscinas municipais, incluindo arranjos externos – **09**, p. 51 (189)

D) Supremo Tribunal Administrativo

Subsecções do Contencioso Administrativo

Acção administrativa especial – Legitimidade activa – Interesse directo – Interesse pessoal – **09**, p. 52 (192)

Acção de indemnização – Responsabilidade civil extracontratual – Causalidade adequada – Nexo de causalidade – Dano patrimonial – Indemnização – **03**, p. 58 (33)

Acção de responsabilidade civil extracontratual – Presunção de culpa – Conservação de prédio – Ónus de prova – **03**, p. 57 (31)

Acção para reconhecimento de direito – Concessionária – Distribuição – Gás natural – Ocupação do subsolo – Licenciamento – Câmara Municipal – **02**, p. 55 (8)

Acção para reconhecimento de direito – Loteamento urbano – Meio processual adequado – **07**, p. 58 (151)

Acidente de viação – Responsabilidade civil extracontratual – Conservação da via pública – Omissão – Ilícito – Presunção de culpa – **03**, p. 62 (41)

Acto consequente – **07**, p. 56 (146)

Acto de aprovação – Regimento da câmara municipal – Ilegalidade – Acto – Regulamento – **10**, p. 59 (232)

Acto vinculado – Denunciante – **03**, p. 60 (38)

Aprovação – Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Indemnização por sacrifício – Acção de indemnização – Tribunal competente – **06**, p. 61 (122)

Autorização – Infra-estruturas – Regulamento municipal – Edificação – Urbanização – Localização – Equipamento – **10**, p. 58 (229)

Conflito negativo de jurisdição – Contrato administrativo – Relação jurídico-administrativa – Empresa pública – Empresa municipal – **10**, p. 56 (224)

Competência – Embargo de obra – Ilegalidade – Delegação de competência – Ordem de demolição – Posse administrativa – Acto de execução – **06**, p. 60 (120)

Concessão de transportes colectivos – Nulidade de sentença – Atribuições municipais – **04**, p. 66 (65)

Destaque de parcela – Licenciamento – **02**, p. 55 (9)

Empreendimento turístico – Localização – Parecer – Comissão Coordenadora Regional – **10**, p. 58 (230)

Erro nos pressupostos – Direito fundamental – Habitação – Fogo municipal – **10**, p. 59 (231)

Estatuto dos Eleitos Locais – Reforma antecipada – **08**, p. 73 (171)

Execução de julgado – Expropriação – Anulação – Posse administrativa – Indemnização – Dano – Dano moral – Despesas judiciais – **10**, p. 59 (234)

Expropriação – Área crítica de recuperação e reconversão urbanística – Incompetência absoluta – Falta de fundamentação – Urgência – Pressupostos – Objecto – Data – Proposta – **10**, p. 57 (227)

Expropriação por utilidade pública – Eficácia retroactiva – **10**, p. 58 (228)

Hasta pública – Arrematação – Denúncia – Acto administrativo – Ilegalidade - Recurso contencioso – **04**, p. 66 (64)

Infra-estruturas – Imposto – Constitucionalidade – **03**, p. 62 (42)

Licença de construção – Plano director municipal – Nulidade – Afastamento ao limite do prédio vizinho – **03**, p. 60 (37)

Licença de construção – Violação do plano director municipal – Erro na identificação do autor do acto recorrido – **03**, p. 60 (36)

Licenciamento de construção – Loteamento – Área de construção – Área de implantação – Plano director municipal – **03**, p. 60 (39)

Licenciamento de construção – Ocupação de solos – Estudo de enquadramento – **08**, p. 72 (168)

Licenciamento de obras – Aprovação de projecto de arquitectura – Acto preparatório – Acto constitutivo de direitos – Medidas preventivas – Violação – Nulidade do acto – Licenciamento – **02**, p. 56 (11)

Licença de utilização – Obras – Projecto de obras – **10**, p. 57 (226)

Loteamento – Alvará – Caducidade – **07**, p. 59 (152)

Norma regulamentar – Vinculação – Administração – Plano Director Municipal – **07**, p. 58 (150)

Nulidade de sentença – Empreendimento Turístico – Plano de ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais – Regulamento – Suspensão do procedimento administrativo – Questão prejudicial – Restrição ao direito de propriedade – **06**, p. 59 (116)

Obra clandestina – Legalização de obra – Revogação de acto ilegal – Audiência prévia – Participação – **03**, p. 61 (40)

Obra ilegal – Ordem de demolição – **07**, p. 55 (144)

Obra particular – Falta de licenciamento – Demolição – **03**, p. 62 (43)

Obrigação de indemnização – Dano n o patrimonial – Cemit rio – Sepultura – **06**, p. 58 (115)

Parque florestal de Monsanto – Domínio público – Domínio privado – **09**, p. 53 (193)

Pedido de declaração de ilegalidade de normas – Acto administrativo – Regulamento – **03**, p. 59 (34)

Perda de mandato – Cargo político – Vereador – **03**, p. 59 (35)

Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Plano de Pormenor – Medidas preventivas – **07**, p. 57 (148)

Plano Director Municipal – Licena de construo – Licenciamento – Plano de Urbanizao – Audiência de interessados – Direito de audio – **07**, p. 56 (145)

Plano Director Municipal – Utilizao – **06**, p. 61 (121)

Prestação de servios – **08**, p. 72 (170)

Processo administrativo – Ministério Público – Intimao – **06**, p. 60 (118)

Ratificao – Plano Director Municipal – Conselho de Ministros – Nulidade de acórdão – **07**, p. 57 (149)

Responsabilidade civil – Anulao – Acto administrativo – Execuo de sentena – Aco de condenao – **09**, p. 52 (191)

Responsabilidade civil – Município – Matéria de facto – Alteração das respostas aos quesitos – Prova – Documento autêntico – Facto notório – Informação prévia – Expectativas legítimas – **02**, p. 54 (7)

Responsabilidade civil extracontratual – Acidente de viação – Propriedade – Veículo – Legitimidade – **08**, p. 72 (169)

Responsabilidade civil extracontratual – Direito de indemnização – Expropriação por utilidade pública – Reversão de prédio expropriado pelo Município – Compra e venda – Contrato – Desvio do destino dos bens – Ilícitude – Culpa – **05**, p. 60 (91)

Responsabilidade civil extracontratual – Informação prévia – Caducidade – Integração – REN – Indemnização – Prejuízo especial e anormal – **05**, p. 61 (92)

Responsabilidade civil extracontratual – Município – Presunção de culpa – Nexo de causalidade – **10**, p. 56 (225)

Responsabilidade civil extracontratual – Município – Sinalização da via pública – Presunção de culpa – **07**, p. 56 (147)

Responsabilidade civil extracontratual – Presunção de culpa – Ónus de prova – **10**, p. 59 (233)

Responsabilidade civil extracontratual – Rescisão de contrato – Posse administrativa – Ilícitude – Culpa – **09**, p. 53 (194)

Responsabilidade por acto lícito – Pressupostos – Nexo de causalidade – **06**, p. 60 (119)

Responsabilidade por facto ilícito – Nulidade do acto – Prejuízo anormal – Prejuízo especial – **06**, p. 59 (117)

Responsabilidade pré-contratual – Dano negativo – Contrato administrativo – Empreitada de obras públicas – Adjudicação – Dano de confiança – **09**, p. 52 (190)

Servidão administrativa – Declaração de caducidade – Competência dos tribunais administrativos – Utilidade pública – Audiência do interessado – **02**, p. 55 (10)

Violação do plano director municipal – Nulidade – Hasta pública – **03**, p. 58 (32)

E) Tribunal Central Administrativo Norte

Secções do Contencioso Administrativo

Acção administrativa especial – Ónus de prova – Demolição de obra – **07**, p. 61 (158)

Acidente de serviço – Decreto-Lei n.º 503/99 – Subsídio de assistência de terceira pessoa – Actualização – IAS – **06**, p. 64 (129)

Acto administrativo impugnável – Aprovação do projecto de arquitectura – Legalização de uma obra – **04**, p. 69 (73)

Acto impugnável – SIADAP – **08**, p. 73 (173)

Antenas de telecomunicações – Audiência prévia – Autorização/licenciamento municipal – Obra – **08**, p. 73 (172)

Antenas de telecomunicações – Decreto-Lei n.º 11/2003 – Audiência prévia – **07**, p. 62 (160)

Antenas de telecomunicações – Deferimento tácito – **10**, p. 61 (238)

Aposentação – Eleito local – Lei n.º 52-A/2005 – **05**, p. 64 (99)

Art. 106.º do RJUE – Demolição – RAN – **06**, p. 62 (125)

Bombeiros Sapadores – Remuneração – Estágio – Nomeação – **02**, p. 56 (13)

Cemitérios – Jazigos – Exumação – Trasladação – **08**, p. 74 (175)

Chefe de divisão municipal – Nomeação – Experiência profissional – Nulidade – **09**, p. 55 (197)

Competência em razão da matéria – Jurisdição administrativa – Relação jurídica do emprego público – **10**, p. 61 (237)

Competência material – Empreiteiros – Município – Dono da obra – Responsabilidade civil extracontratual – **04**, p. 68 (71)

Competência material – Jurisdição administrativa – **09**, p. 54 (196)

Competência material – Tribunais administrativos – Demarcação de limite de freguesias – **10**, p. 62 (239)

Concurso – Transportes escolares – Transporte de crianças – **07**, p. 62 (161)

Declaração da ineficácia dos actos de execução indevida – Resolução fundamentada – Retenção de verbas do FEF – Municípios – **05**, p. 62 (96)

Declaração de impacto ambiental – Acto impugnável – **08**, p. 76 (178)

Demarcação de freguesias – Competência do TAF – **06**, p. 62 (124)

Direito à oposição – Grupo de cidadãos eleitores – **03**, p. 64 (48)

Domínio público aéreo – Espaço aéreo municipal – Taxas – Questão fiscal – **06**, p. 64 (131)

Empreitada de obras públicas – Mora – Taxa de juro – **09**, p. 55 (199)

Estádio municipal – Organização e gestão – Contrato-programa – Comparticipações financeiras – Desporto profissional – Decreto-Lei n.º 432/91 – **05**, p. 62 (95)

Execução dos julgados – Demolição do edifício – Área REN – **03**, p. 64 (49)

Insolvência – Exclusão do concurso – Empreitada de obras públicas – **06**, p. 62 (123)

Intimação à emissão de certidão – Grupo parlamentar – Assembleia de Freguesia – Partido político – Personalidade/capacidade judiciárias – **08**, p. 74 (174)

Intimação para a prestação de informação – Emissão de certidão – Informação procedimental e não procedimental – Requisitos – **07**, p. 60 (155)

Intimação para a prestação de informação – Passagem de certidão – Interesse procedimental – Prova – **10**, p. 60 (235)

Legitimidade activa – Acção administrativa especial – **04**, p. 68 (69)

Legitimidade activa – Acção popular – Vereador – **02**, p. 57 (17)

Legitimidade processual – Legitimidade procedimental – Propriedade horizontal – Alteração – Certificação – **09**, p. 55 (201)

Licenciamento de obras – Acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada – Decreto-Lei n.º 123/97 – **03**, p. 64 (50)

Loteamento – Caducidade – **03**, p. 64 (47)

Ocupação imóvel – Despejo administrativo – **02**, p. 57 (14)

Operações materiais executivas – Impugnabilidade – **09**, p. 56 (203)

Outlet – Armazém – Loja – Licença de utilização – **07**, p. 61 (159)

Parque Natural do Douro Internacional – Caducidade – Inconstitucionalidade – Decreto-Lei n.º 19/93 – Decreto-Lei n.º 204/2002 – Decreto-Lei n.º 217-A/2004 – Decreto-Lei n.º 67/2006 – **05**, p. 63 (98)

Pedido de informação prévia – Acto constitutivo de direitos – Aplicação da lei no tempo – Princípio *tempus regit actum* – **04**, p. 67 (66)

Pena disciplinar – Repreensão por escrito – Delegação de poderes em Vereador – **06**, p. 62 (126)

Perda de mandato – Eleito local – Ausência de entrega de declaração – **02**, p. 57 (16)

Perda de mandato – Eleito local – Ausência de entrega declaração de rendimentos e património/Cargos sociais – **03**, p. 63 (45)

Perda de mandato – Eleito local – Inelegibilidades – Mandato interrompido – **02**, p. 58 (18)

Plano de urbanização – Plano Director Municipal – Compatibilidade – **07**, p. 61 (156)

Plano Director Municipal – Nulidade – Antenas de telecomunicações – Decreto-Lei n.º 11/03 – **05**, p. 63 (97)

Prescrição – Caducidade – Decreto-Lei n.º 341/83 – Juros – **02**, p. 57 (15)

Preterição do direito de audiência prévia – Desvalor – **06**, p. 64 (130)

Procedimento cautelar – Requisitos – Demolição – Anexos classificados de interesse público – **03**, p. 63 (46)

Procedimento disciplinar – Prescrição – Dirigente máximo do serviço – Município – **09**, p. 56 (202)

Processo disciplinar – Acusação – Direito de audiência – Demissão – Decreto Falta injustificada – **08**, p. 76 (177)

Processo disciplinar – Competência – Câmara Municipal – Presidente da Câmara Municipal – **05**, p. 62 (94)

Processo disciplinar – Funcionário autárquico – **10**, p. 62 (240)

Providência cautelar – Suspensão eficácia – Prazo – Nulidade – Anulabilidade – **09**, p. 54 (195)

Reunião sindical – Falta ao serviço – Injustificação – **10**, p. 61 (236)

Questão fiscal – Competência do tribunal tributário – **06**, p. 63 (127)

Questão privada – Incompetência do tribunal administrativo – **07**, p. 61 (157)

Reclassificação profissional – Nulidade – **02**, p. 56 (12)

Responsabilidade civil extracontratual – Presunção de culpa – Ónus de prova – **04**, p. 69 (72)

Serviços de regime de funcionamento especial – Trabalho nocturno – Trabalho em dias de descanso semanal – **07**, p. 59 (154)

Servidão *non aedificandi* – Via rodoviária – Decreto-Lei n.º 13/94 – **03**, p. 63 (44)

SIADAP – Acto impugnável – Reclamação do acto de homologação – **09**, p. 55 (198)

Subempreitada – Retenção de pagamento – Competência do tribunal administrativo – **09**, p. 55 (200)

Subsídio de turno – Cálculo do montante dos subsídios de férias e de Natal – **04**, p. 68 (70)

Suspensão da eficácia – Retenção de verbas do FEF – **06**, p. 63 (128)

Taxa de juros de mora – Empreitada de obras públicas – **04**, p. 67 (67)

Taxa municipal de direitos de passagem – Regulamento ICP/ANACOM – Competência em razão da matéria – **04**, p. 67 (68)

Trabalho extraordinário – Trabalho por turnos – Feriado – **05**, p. 61 (93)

Vereador – Gabinete de Apoio Pessoal – Concurso – Isenção e imparcialidade – **03**, p. 65 (51)

F) Tribunal Central Administrativo Sul

Secções do Contencioso Administrativo

Acção para dissolução de órgão autárquico – Legitimidade passiva – Acto eleitoral subsequente – Impossibilidade superveniente da lide – **06**, p. 66 (135)

Acidente de viação – Sub-rogação – Prazo de prescrição – Início da contagem – Presunção de culpa do n.º 1 do art. 493.º do Código Civil – **04**, p. 70 (75)

Alinhamento de cêrceas – **10**, p. 63 (242)

Alojamento de animais – Prédio misto - Erro sobre os pressupostos de facto e de direito – **10**, p. 62 (241)

Aprovação do projecto de arquitectura – Art. 112.º do RJUE – Sucessão de PDM's no tempo – **09**, p. 58 (209)

Aprovação de projecto de arquitectura – Impugnação por terceiros – **10**, p. 65 (248)

Art. 104.º do CPTA – Âmbito e limites do direito à informação – Art. 77.º do CPTA – **06**, p. 65 (133)

Autorização de utilização – Vistoria – Prolação de acto expreso para além do prazo – **03**, p. 67 (56)

Câmara Municipal – Omissão do dever de sinalização – Concorrência de culpas – **02**, p. 59 (21)

Competência territorial do tribunal – Não autorização de instalação de conjunto comercial – **10**, p. 64 (245)

Condenação no acto devido, art. 112.º do RJUE – Aprovação do projecto de arquitectura – Acto prévio ou parcial – Acto complexo – Dever legal de decidir – Procedimento de hetero-iniciativa – Audiência de interessados – **05**, p. 65 (103)

Constituição de contra-interessados – Intervenção espontânea – **10**, p. 64 (244)

Construção ilegal – Demolição – Audiência prévia – Preterição – Efeito não invalidante – **07**, p. 63 (162)

Contagem de prazos de caducidade – Entrega de requerimentos – Registo de requerimentos – **03**, p. 66 (54)

Contencioso impugnatório pré-contratual – Tempo de urgência – Art. 100.º do CPTA – Contratos mistos – Técnica concessória – Concessão de obras públicas – **08**, p. 77 (181)

Contencioso pré-contratual – Imutabilidade das propostas – Esclarecimentos – Empreitada por preço global – Lista de preços unitários – Trabalhos a mais – Execução da empreitada – Convolação para pedido indemnizatório – **10**, p. 65 (246)

Contencioso pré-contratual – Valor da causa – Capacidade económico-financeira – Aplicação do art. 47.º, n.º 2, da Directiva 2004/18/CE – **08**, p. 76 (179)

Declaração de impacte ambiental – Nulidade – Pombo-torcaz-dos-Açores – Directivas Aves e *Habitats* – **04**, p. 69 (74)

Declaração de urgência expropriativa – Expropriação litigiosa – Jurisdição comum – **09**, p. 57 (206)

Eleitos locais – Manutenção de inscrição na CGA – Reforma antecipada de eleitos locais – **02**, p. 59 (23)

Execução de sentença anulatória – Condenação para além do pedido – Demolição de imóvel – **05**, p. 65 (101)

Incompetência dos tribunais administrativos – Indemnização por expropriação – **09**, p. 56 (204)

Indeferimento de licenciamento de loteamento – Erro nos pressupostos de facto – Vícios de forma por falta de audiência prévia e de fundamentação – **05**, p. 65 (102)

Inelegibilidades dos eleitos locais – **09**, p. 57 (205)

Interesses difusos – Intervenção cautelar *uti cives* – **03**, p. 65 (52)

Intimação para a emissão de alvará – Prévio pagamento das taxas devidas – Fundamento de rejeição – **04**, p. 70 (76)

Intimação para a protecção de direitos, liberdades e garantias – Competência dos tribunais administrativos – Declaração de utilidade pública – Atribuição do carácter de urgência – **09**, p. 59 (210)

Licenciamento de obras de edificação – Aprovação do projecto de arquitectura – Alteração posterior do PDM – **09**, p. 58 (208)

Limites ao endividamento dos Municípios – Suspensão de eficácia – Conceitos técnicos – **08**, p. 78 (182)

Ordem de demolição – Obra clandestina – Legalização de obra – **06**, p. 65 (132)

Passagem de certidões pelo Presidente da Câmara Municipal – Caducidade do alvará de loteamento – Intervenção da Administração – **07**, p. 64 (163)

Pedido de declaração de carácter estruturante de empreendimento turístico – Deferimento tácito – Falta de fundamentação do acto administrativo – **02**, p. 58 (19)

Pedido de reversão em expropriação por utilidade pública – **02**, p. 59 (20)

Perda de mandato – Inelegibilidade prevista no art. 7.º, n.º 2, alínea c), da Lei n.º 1/2001, de 14 de Agosto – **05**, p. 64 (100)

Plano Director Municipal – Prédio em ruínas – Garantia de existência activa – Reconstrução – **06**, p. 65 (134)

Prejuízos irreparáveis – Declaração de ineficácia de actos de execução – **03**, p. 66 (55)

Procedência evidente – Ponderação de interesses – Interesses difusos – Acção popular – **03**, p. 65 (53)

Processo cautelar – Intimação para adopção de uma conduta – Ilegitimidade passiva – **09**, p. 59 (211)

RAN – Obra ilegal – Ordem de demolição – Posse administrativa – Discricionariedade – **10**, p. 63 (243)

Recusa de adopção de providência – Ponderação de interesses – Danos ambientais – Prevalência – **02**, p. 59 (22)

REN – Regime transitório – Nulidade do acto de licenciamento – Princípio da igualdade – **08**, p. 77 (180)

Responsabilidade civil extracontratual – Acidente de viação – Sinalização de via pública – **09**, p. 58 (207)

Suspensão de eficácia – *Fumus boni iuris* – Encerramento de estabelecimento comercial – **10**, p. 65 (247)